

PRÁTICA DISCURSIVA, PROVENIÊNCIA, DESCONTINUIDADE E NORMALIZAÇÃO NA ARQUEOGENEALOGIA DE MICHEL FOUCAULT

Rosângela Tenório de Carvalho*

Resumo: Neste artigo, a análise do discurso é pensada na perspectiva arqueogenalógica de Michel Foucault. Embora não esteja nos escritos do referido autor, tal perspectiva tem sido nomeada por estudiosos da análise do discurso ao usufruírem de uma articulação entre os estudos arqueológicos, genealógicos e de ética do filósofo francês. Com vistas a dar visibilidade à função do discurso como formador de subjetividade, o artigo mobiliza na obra do autor e seus comentadores as noções de: discurso como prática discursiva, proveniência e descontinuidade, e práticas de normalização. Destacamos a potência analítica dessas noções do ponto de vista da análise do discurso para pensar os processos de atribuição de sujeitos e da produção de subjetividades, questões cruciais em nossa contemporaneidade.

Palavras-chave: Arqueogenalogia; proveniência; descontinuidade; normalização.

DISCURSIVE PRACTICE, PROVENANCE, DISCONTINUITY, AND NORMALIZATION IN MICHEL FOUCAULT'S ARCHAEOGENEALOGY

Abstract: In this article, discourse analysis is conceived from Michel Foucault's archaeogenalogical perspective. Although this label does not appear in Foucault's own writings, scholars of discourse analysis have adopted it to designate the articulation they make between the French philosopher's archaeological, genealogical and ethical studies. Seeking to highlight the role of discourse in shaping subjectivity, the article mobilizes, in Foucault's work and in that of his commentators, the notions of discourse as discursive practice, provenance and discontinuity, and practices of normalization. We underline the analytical power of these notions—within discourse analysis — for thinking about processes of subject attribution and the production of subjectivities, issues that are crucial in our contemporary world.

Keywords: Archeogenalogy; provenance; discontinuity; normalization.

Introdução

O contexto no qual Michel Foucault apresenta sua arqueologia em meados do século XX na França coincide com a emergência da análise do discurso enquanto

uma disciplina que tem como objeto o discurso. Embora a sua arqueologia não se confunda com o campo francês da análise do discurso, o seu aparecimento é simultâneo a um conjunto de reflexões sobre a escrita. Entre essas, destacam-se a gramatologia de Derrida, a semanálise de Kristéva, a teoria do prazer do texto de Barthes e a teoria de conjunto de Tel Quel, tal como descrito por Sarfati (2010). A análise do discurso francesa tem como principais fontes a linguística, o marxismo e a psicanálise, fontes das quais Michel Foucault faz um deslocamento, tendo como foco os eventos discursivos.

O modo como Foucault tratou do discurso no que se reconhece como o primeiro domínio – arqueologia do saber, onde analisa as condições de possibilidade dos discursos de uma episteme – foi identificado como pertencente à corrente de pensamento estruturalista. Com a genealogia do poder, seu trabalho intelectual foi emoldurado na perspectiva pós-estruturalista. Massaro (2018, p. 398) chama a atenção para a mudança de foco que “passa a ser sobretudo político: está em foco a relação entre poder e saber”. Em síntese, para o autor:

Se a crítica discursiva [arqueologia do saber] busca mapear as tentativas de controle humano sobre o acontecimento radical que é o discurso, a genealogia discursiva se detém sobre a produtividade que tal acontecimento engendra, ou seja, sobre seu poder de fomentar vários discursos (Massaro, 2018, p. 398).

O autor coloca Foucault em uma moldura pós-estruturalista pelo modo como trata dos regimes de historicidade, através de uma aleatoriedade radical das epistemes e história da ação humana sobre os discursos conformados pelas epistemes.

Há que se considerar também o uso do conceito de acontecimento discursivo em Foucault. Ele utiliza o termo para se opor a análises que descrevem o discurso do ponto de vista da língua, da estrutura ou do sujeito. Assim, “Leva em consideração as condições de existência que determinam a materialidade própria do enunciado” (Castro, 2009, p. 25).

Outro aspecto que distingue a sua escolha de uma perspectiva singular de análise do discurso é a recusa do conceito de ideologia pelo autor como pertinente para a análise dos saberes. Para Foucault, seria difícil utilizar a noção de ideologia

porque pressupõe estar em oposição virtual a alguma coisa que seria a verdade. Tendo como referente alguma coisa como o sujeito, estaria submetida hierarquicamente a algo, a exemplo de uma determinação econômica ou material (Castro, 2009). Nas palavras de Foucault (1987, p. 31):

Analisar o investimento político do corpo e a microfísica do poder supõe então que se renuncie — no que se refere ao poder — à oposição violência-ideologia, à metáfora da propriedade, ao modelo do contrato ou ao da conquista; no que se refere ao saber, que se renuncie à oposição do que é “interessado” e do que é “desinteressado”, ao modelo do conhecimento e ao primado do sujeito.

Aqui a história social e da cultura contemporânea formam o lastro de sua proposição em relação à análise do discurso, como ressalta Guareschi (1997). É reforçado também o seu caráter construtivo, ou seja, “tanto nas formações sociais como em situações locais e em seus usos, o discurso realmente define, constrói e posiciona os sujeitos humanos” (Guareschi, 1997, p. 174).

Essa versão de discurso proposta por Foucault é referência para diversos investigadores que se posicionam do seguinte modo: o discurso entendido numa perspectiva foucaultiana é uma instância da linguagem na qual a língua está relacionada com outra coisa, que não é linguística (Cordeiro, 1995). O discurso “existe para além da mera utilização de letras, palavras, imagens, sons, frases, e não pode ser entendido como mera ‘expressão’ de algo: o discurso poderia ser definido como um conjunto de enunciados apoiados numa formação discursiva” (Fischer, 1997, p. 64); ou ainda, “como um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram [...] as condições da função enunciativa” (Cherryholmes, 1993, p. 151).

Neste artigo, interessa-nos o discurso quando formulado do ponto de vista da arqueogenética. Essa formulação, embora não esteja nos escritos de Michel Foucault, tem sido nomeada por estudiosos da análise do discurso quando usufruem de uma articulação entre os estudos arqueológicos, genealógicos e de ética de Michel Foucault. Destacamos, nesse sentido, como Maria do Rozário Gregolin, em entrevista a Navarro e Sargentini (2022), ocasião em que faz uma síntese do pensamento arqueogenético, ao dizer que uma análise nessa perspectiva “significa que nosso

olhar investigativo se debruça sobre os discursos a fim de enxergar a trama das relações entre saberes, poderes e processos de subjetivação pela lente crítica da história" (Navarro; Sargentini, 2022, p. 38). Veiga-Neto (2009) afirma que o termo arqueogenealogia é pertinente para dar conta dos domínios da arqueologia, da genealogia e da ética. Assume que Foucault não abandona, mas sim articula um todo metodológico, ou seja, "O que se passa é algo semelhante a uma 'incorporação' metodológica sucessiva — e não, certamente, uma substituição; e também não progressiva... — que vai do primeiro ao terceiro domínio" (Veiga-Neto, 2009, p. 91). Importa também trazer o que propõem Cunha, Luzio e Paiva Cruz (2014), ao tratarem a arqueogenealogia como "uma perspectiva de trabalho que nos permite articular as produções, formações e práticas discursivas e não discursivas que envolvem o campo de trabalho". Nesse sentido, ressaltam as noções que consideram "articuladoras do pensamento de Foucault e que compõem a arqueogenealogia como ferramenta de pesquisa; quais sejam: as noções de história, verdade, poder e saber" (Cunha; Luzio; Cruz, 2014, p. 191).

Sob tais referências, elegemos uma reflexão sobre discurso considerando os domínios do trabalho de Foucault na arqueogenealogia atribuída a ele pelo que abarca da relação entre discurso, sujeito e verdade, ou seja, o discurso em sua função de formador de subjetividade. Partimos do entendimento, já consensuado, de que esse modo de pensamento analítico tem suas bases epistemológicas e filosóficas em Gaston Bachelard, Georges Canguilhem e Friedrich Nietzsche. Machado (1981) pontuou que, com Bachelard, Foucault se aproxima das ideias de historicidade da epistemologia, de ciência como um trabalho, de relatividade do objeto, de racionalismo regional e de privilégio do processo. Com Canguilhem, experimentou o sentido de que a história das ciências deve ser conceitual, a importância do uso dos conceitos de normalização, a descontinuidade, a recorrência e a ciência. Nesse aspecto, a ciência é percebida como um discurso que tem a pretensão de verdade – e nesse sentido, há a ideia de que a história das ciências deve ser uma história das filiações conceituais (Machado, 1981). Da filosofia de Nietzsche, Foucault acolhe o desinteresse pela obra sistemática, o primado da relação sobre o objeto, o papel relevante da interpretação e os conceitos de verdade, genealogia, emergência e forças discursivas.

Para realizar esta proposição, utilizamos como argumento elementos conceituais da obra de Michel Foucault e de seus comendadores tal como está indicado nas referências ao final do artigo.

Nas seções que seguem, apresenta-se uma visão geral da análise do discurso em Michel Foucault a partir das noções de: discurso como prática discursiva, proveniência e descontinuidade, e práticas de normalização.

1 O discurso como prática discursiva

Para Foucault (1995, p. 159), a análise do discurso é uma análise arqueológica que visa definir os próprios discursos enquanto práticas que obedecem a regras – discurso que, para ser analisado, carece que fique evidenciado em que sentido o jogo das regras que utiliza é irredutível a qualquer outro, considerando que as segue ao longo de suas arestas exteriores para melhor salientá-las. Defende o autor que essa análise “define tipos e regras de práticas discursivas que atravessam obras individuais, às vezes as comandam inteiramente e as dominam sem que nada lhe escape; mas, às vezes, também, só lhe regem uma parte” (Foucault, 1995, p. 159), não para ver e realçar a instância do sujeito criador, enquanto razão de ser de uma obra e princípio da sua unidade, pois, nesse tipo de análise o autor é visto “não como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu o texto, mas como autor que é princípio de agrupamento do discurso” (Foucault, 1999, p. 26). Esse princípio parece indicar, no caso da arqueologia, que o discurso tem uma importância, uma autoridade e uma positividade inerentes ao saber, independentemente do sujeito.

Argumenta Foucault (1995, p. 160) que uma análise “não é nada além e nada diferente de uma reescrita, isto é, na forma mantida da exterioridade, uma transformação regulada do que já foi escrito. Não é o retorno ao próprio segredo da origem; é a descrição sistemática de um discurso-objeto”.

Como já dito, do ponto de vista metodológico, o discurso, em Foucault, tem como objeto de saber os enunciados, mas em sua função. Uma possibilidade analítica é tomar-se como referência a ideia de função enunciativa para dar conta de dois movimentos: primeiro, dar visibilidade às relações entre enunciados e espaços de diferenciação, à função e à determinação do autor (as condições institucionais de legitimação da posição do sujeito enunciador), à identificação de um campo

associado, isto é, ao interdiscurso, e à identificação de um regime de materialidade repetível (Foucault, 1995, p. 121). No segundo, busca-se fazer uma análise de enunciados, considerando-se as regularidades enunciativas. A regularidade enunciativa designa uma ordem, posições e correlações; e especifica um campo singular de aparecimento. A análise dessas regularidades implica a verificação das homogeneidades enunciativas, prática discursiva com formulações verbais enunciativamente equivalentes, assim como a identificação das hierarquias internas às regularidades enunciativas. Quanto às oposições intrínsecas que acontecem no interior do próprio discurso, consideram-se as divergências de modalidades enunciativas e as incompatibilidades no campo teórico.

Evidencia-se que as oposições, segundo as mesmas condições de exercício da função enunciativa, estão sujeitas a formas de articulação e coexistência discursiva em seu campo de presença (enunciados já formulados que são retomados a título de verdade admitida) – em seu campo de concomitância, ao se referirem a domínios de objetos inteiramente diferentes, mas que atuam entre os enunciados estudados. No domínio de memória, os enunciados estabelecem laços de filiação, gênese, transformação e continuidade e descontinuidade históricas (Foucault, 1995).

O discurso em Foucault (1995, p. 122) designa o “conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação; é assim que poderei falar do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico”. Quanto à formação discursiva, ela particulariza os discursos do saber, impedindo sua identificação com a língua. E realiza isso de duas maneiras: por “escansão” e por “rarefação”. Por escansão, recorta, na massa, de tudo o que é dito ou pode ser dito em qualquer língua. Nesse sentido, pode-se ter uma rarefação de sujeitos, de objetos, de conceitos e de estratégias teóricas capazes de atuar no interior de cada uma dessas unidades. Se a língua é comum a todos os membros de uma comunidade linguística, o discurso médico, ao contrário, é atributo de apenas alguns membros dessa comunidade (os médicos). Estes se encontram autorizados a enunciá-lo em função das regras de formação das modalidades enunciativas que definem o lugar e as condições que devem preencher os seus enunciadores.

Ademais, cabe ressaltar que o objeto da análise de Michel Foucault é a instância do acontecimento discursivo, ou seja, “a enunciação é um acontecimento que não se repete; tem uma singularidade situada e datada que não se pode reduzir”

(Foucault, 1995, p. 117), ocorrendo desde o momento em que qualquer coisa se solta do mundo anônimo, quando há o murmúrio anônimo e, de repente, dá-se um acontecimento, qualquer coisa que é dita. Na perspectiva desse acontecimento discursivo, Foucault (1995, p. 33) dirá ser importante considerar:

Segundo que regras um enunciado foi construído, e segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos; como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar; determinar as condições de existência de determinado enunciado; fixar seus limites da forma mais justa; estabelecer suas correlações com outros enunciados a que pode estar ligado, mostrar outras formas de enunciação excluídas; considerar que um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua, nem o sentido podem esgotar inteiramente; observar a relação entre enunciados; relação entre grupos de enunciados assim estabelecidos; descrever outras unidades; aceitar um recorte provisório; escolher um domínio no qual as relações possam ser numerosas.

Um aspecto que não podemos deixar de pontuar é o uso do conceito de poder na análise proposta por Foucault. Em seu livro *Arqueologia do saber*, Foucault (1995, p. 105) defende que:

Os discursos, tal como os silêncios, não são de uma vez para sempre submetidos ao poder ou erguidos contra ele [...] o discurso pode ser ao mesmo tempo instrumento e efeito de poder, mas também obstáculo, estribo, ponto de resistência e partida para uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, o expõe, o torna frágil e permite impedi-lo de avançar.

Diz ainda o autor: “os discursos são elementos ou blocos táticos no campo das relações de força; pode haver diversos, e até contraditórios dentre uma mesma estratégia; podem, pelo contrário, circular, sem mudar de forma, entre estratégias opostas” (Foucault, 1995, p. 105).

E sobre o poder explicitamente vai dizer no seu livro *A ordem do discurso*:

[...] por poder parece-me que se deve compreender, em primeiro lugar, a multiplicidade das relações de forças imanentes ao domínio em que se exercem e constitutivas da sua organização; o mecanismo que, por via de lutas e de confrontos incessantes, as transforma, as reforça, as inverte; os apoios que essas relações de força encontram umas nas outras, de maneira a formarem cadeia ou sistema, ou, pelo contrário, os defasamentos, as contradições que as isolam umas das outras; por

fim as estratégias em que se efetuam e cujo desenho geral ou cristalização institucional tomam corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. (Foucault, 1999, p. 95-96).

“Que civilização, aparentemente, teria sido mais respeitosa com o discurso que a nossa? Onde teria sido mais e melhor honrado? Onde, aparentemente, teria sido mais radicalmente libertado de suas coerções e universalizado?” (Foucault, 1999, p. 50-51). São questões que Foucault levanta para, logo em seguida, dizer que, sob essa aparente veneração do discurso, há um temor de que, se quisermos apagá-lo, deveremos analisá-lo considerando três grupos de funções: questionar a nossa vontade de verdade, restituir ao discurso o seu caráter de acontecimento, e suspender a soberania do significante (Foucault, 1999).

Quando nos referimos às potencialidades da analítica do discurso foucaultiana no que se refere às subjetividades, pontuamos alguns aspectos possíveis de mobilizar na descrição de operadores de subjetividade. Pode-se examinar, nos enunciados que compõem num arquivo, o jogo de poder/saber subjacente às verdades do discurso que afirmam um sujeito, uma forma de vida, ou também focar nas práticas de objetivação dos sujeitos na sociedade e em relação a si próprios de forma a compreender que esses processos de subjetivação são processos de governamentalidade.

Foucault (1995) desenvolve esse conceito de governamentalidade nos seus estudos sobre a história da organização do saber, em particular quando estudou a “loucura”. Nomeou como governamentalidade o encontro entre as “técnicas de poder”, que estão a determinar a conduta dos indivíduos, e as “técnicas de si”, que permitem aos indivíduos efetuarem, eles mesmos, ou com a ajuda dos outros, operações sobre os seus modos de ser.

2 Proveniência e descontinuidade na arqueogenalogia de Michel Foucault

Se quisermos amar um dos pardais que passam ligeiros, ele já terá desaparecido aos nossos olhos. Pois bem, vejamos as coisas não em sua completa unidade, mas em sua dispersão, assim como está disperso um bando de pardais que voam no céu. Não nos enamoramos de um pardal que passa no céu. Aí está, se quisermos, um exemplo de exercício da descontinuidade temporal. (Foucault, 2006, p. 367).

Foucault aprendeu com Nietzsche sobre a infinitude da interpretação, e, nesse aspecto, dá rumo a sua genealogia, uma ampliação do seu campo de investigação, observando a discursividade como um dispositivo que engloba o visível e o enunciável para analisar o saber em termos de estratégias e táticas de poder. Nesse sentido, a hermenêutica “se confronta com a obrigação de interpretar a si mesma infinitamente, de sempre se retomar” (Foucault, 2005, p. 49).

A genealogia de Foucault é a investigação da proveniência de um acontecimento no contexto de muitos outros acontecimentos. Não interessa a busca pela origem, mas sim a articulação entre corpo e história, onde os acontecimentos são inscritos no contexto de uma heterogeneidade de acontecimentos para encontrar o acidental e o descontínuo.

A proveniência não é um fundamento, não é uma categoria da semelhança, mas sim, como lembra Marton (1985, p. 39):

A análise da proveniência [...] de um indivíduo, de um sentimento ou de uma ideia, não é descobrir suas características genéricas para assimilá-lo a outro, nem mostrar que nele o passado ainda está vivo no presente, muito menos encontrar o que pôde fundá-lo; mas sim buscar suas marcas diferenciais, repertoriar desvios e acidentes de percurso, apontar heterogeneidades sob o que se imagina conforme a si mesmo.

Por conta de suas obras *História da loucura na Idade Clássica* (1978), *O nascimento da clínica: uma arqueologia do olhar médico* (1980) e *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas* (1981), Foucault foi questionado pelo Círculo da Epistemologia sobre o modo como marca uma descontinuidade vertical entre a configuração epistêmica de uma época e a subsequente. Foucault observou que Bachelard delimitou os limiares epistemológicos que compõem o acúmulo infinito de conhecimentos, assim como Canguilhem analisou as mutações, os deslocamentos e as transformações no campo de validade e as regras de uso dos conceitos. Esse argumento, entre outros, aparece no contexto de seu discurso sobre a descontinuidade.

Ainda que não pretenda fazer um trabalho epistemológico, encontra na epistemologia um ponto de referência tal como no entendimento a respeito da historicidade do objeto. Refere-se a um método de escavar verticalmente as camadas

descontínuas do passado a fim de trazer à luz fragmentos de ideias, conceitos e discursos já esquecidos para compreender *epistemes* antigas ou presentes (não para buscar fundamentos, mas as tramas) (Machado, 1981).

Vale ressaltar dois aspectos nos argumentos de Michel Foucault. O primeiro refere-se às mudanças que caracterizam o século XX e que deslocam as ideias de expansão dos mecanismos econômicos, integração de fenômenos ideológicos, formas de pensamentos e tipos de mentalidade. Para ele, é necessário pensar sobre:

[...] a transformação do descontínuo: sua passagem de obstáculo à prática; essa interiorização no discurso do historiador que permitiu que ele não fosse mais a fatalidade exterior que é preciso reduzir, mas o conceito operatório que se utiliza; essa inversão de sinais, graças à qual ele não é mais o negativo da leitura histórica (seu avesso, seu fracasso, o limite de seu poder), mas o elemento positivo que determina seu objeto e valida sua análise. É preciso aceitar compreender em que se transformou a história no trabalho real dos historiadores: um certo uso regrado da descontinuidade para a análise das séries temporais (Foucault, 2005, p. 85).

O outro aspecto, até mais importante, defendido por Foucault (2005): é preciso, para o uso do conceito de descontinuidade, libertar-se de noções e postulados ligados à continuidade, como tradição, influência, desenvolvimento, teleologia, evolução, mentalidade ou espírito de uma época, sínteses fabricadas, agrupamentos como gêneros, e também unidades como o livro e a obra. Essa libertação faz emergir um propósito analítico que é o projeto de uma descrição pura dos fatos de discurso que difere da análise da língua.

Trata-se, então, de definir, a partir desse conjunto que tem valor de amostra, as regras que permitem construir enunciados eventualmente diferentes:

[...] uma língua, mesmo se desapareceu há muito tempo, que ninguém a fale mais e que se a restaure a partir de raros fragmentos, constitui sempre um sistema de enunciados possíveis; é um conjunto de regras que autoriza um número infinito de performances (Foucault, 2005, p. 92).

Indica como vantagens desse caminho analítico, com sistemático apagamento de unidades previamente dadas, as seguintes possibilidades: restituir ao enunciado a sua singularidade de acontecimento tratado em sua irrupção histórica, em sua

emergência; apreender como os enunciados, enquanto acontecimentos, podem se articular com acontecimentos de outras naturezas discursivas; e, por fim, a descrição dos fatos discursivos liberados de agrupamentos universais de modo a descrever outros conjuntos discursivos que não seriam novos, mas que estariam invisíveis. Diz Foucault (2005, p. 95): “Enfim, no horizonte de todas essas pesquisas, talvez se esboçasse um tema mais geral: o do modo de existência dos acontecimentos discursivos em uma cultura”.

O conceito de descontinuidade é caro na obra de Foucault, em particular nas suas análises. Propicia, ao mesmo tempo, neutralizar a questão da científicidade, sem, no entanto, abandonar o rigor, exigência que permite na sua análise arqueológica estabelecer descontinuidades não epistemológicas, mas arqueológicas, ou seja, situadas ao nível dos saberes (Machado, 1981, p. 11).

3 Normalização na arqueologia de Michel Foucault

Foucault (2005, p. 353) faz uma referência muito importante a Georges Canguilhem quando diz que “direta ou indiretamente, todos ou quase todos esses filósofos [que atuaram na formação dos intelectuais franceses nos anos 60 do século XX] tinham relação com o ensino ou com os livros de G. Canguilhem”. Embora sua obra pertença ao campo da história das ciências, com foco na biologia, o próprio Foucault trouxe para si o entendimento de que a ciência é essencialmente um discurso, um discurso que tem a pretensão de verdade, ou seja, toda ciência produz sua norma de verdade. Daí a importância, no pensamento foucaultiano, dos conceitos de descontinuidade, recorrência, ciência e verdade; além da ideia de que a história das ciências deve ser uma história das filiações conceituais. Tomou de Canguilhem o termo “monumento”, com o sentido que tem na arqueologia, e, nesse sentido, ele percebe o discurso na qualidade de monumento, no sentido de que se descreve a si próprio e pode descrever as suas articulações com os demais discursos.

Canguilhem fez críticas à história das ciências que tratam da essência dos fenômenos, da correspondência entre palavra e conceito. O conceito é o problema, e o objeto da ciência é o problema. Nesse aspecto, a história das ciências é a história dos conceitos. Para ele, cada ciência tem sua singularidade, e a sua individuação

como campo está implicada com o entorno da cultura, com o cenário político (Lecourt, 2005).

Uma formulação muito poderosa utilizada por Michel Foucault e outros pesquisadores refere-se ao normal, ao normativo e à normalização. “Según Canguilhem lo esencial de lo normal es ser ‘normativo’; es decir, establecedor de normas y capaz de cambiar las normas que estableció”ⁱ (Lecourt, 2005, p. 91).

Com efeito, Foucault e Canguilhem deram, com os seus estudos, visibilidade aos operadores de normalização, disciplinamento e objetivação do sujeito. Portocarrero (2004), ao tratar de processos de normalização da instituição escolar e da função operativa do poder na gestão de vida dos indivíduos e das populações, mostra a sua positividade, que consiste, do ponto de vista da ação, “na produção de indivíduos e populações politicamente dóceis, economicamente úteis, saudáveis e normais, através de uma série de mecanismos como os da disciplina e da normalização” (Portocarreiro, 2004, p. 171).

O conceito de normalização será utilizado por Foucault em suas análises genealógicas, ou arqueogeneaológicas. Foucault usa o termo normalização para explicar formas de governamentalidade com a emergência do que nomeou como modelo médico, quando do surgimento de uma medicina social que, segundo Revel (2005), ocupa-se de campos de intervenção que vão bem além do doente e da doença. Na verdade, o que acontece é “o estabelecimento de um aparelho de medicalização coletiva que gera as ‘populações’ por meio da instituição de mecanismo de administração médica, de controle da saúde, da demografia, da higiene ou da alimentação [...]” (Revel, 2005, p. 65).

No clássico *Vigiar e punir*, Foucault (1987) trata a normalização como um operador, com a função tática de controle da sociedade, isto é, de poder disciplinar. Nesse texto, indica as instâncias de delimitação dos controles de normalidade de forma a garantir sua científicidade: a medicina e a psiquiatria, apoiadas no aparelho judiciário. Diz Foucault (1987, p. 323): “Assim, ao abrigo dessas duas consideráveis tutelas e aliás servindo-lhe de vínculo, ou de lugar de troca, desenvolveu-se continuamente até hoje uma técnica refletida do controle das normas”.

Outro aspecto a considerar é a forma como Foucault trata o exercício do poder nas sociedades ocidentais e modernas. Segundo Castro (2009), há na obra de Foucault duas modalidades de funcionamento do poder: o poder pela disciplina e o

poder pela biopolítica. A primeira atua sobre os indivíduos e a segunda, sobre as populações. Diz Castro (2009, p. 309):

Com efeito, o biopoder define o verdadeiro objeto do poder moderno, isto é, a vida, biologicamente considerada. O conceito de normalização refere-se a esse processo de regulação da vida dos indivíduos e das populações. Nesse sentido, nossas sociedades são sociedades de normalização. [...] Foucault ocupa-se do outro eixo do biopoder, o poder ao nível da população e da raça. Mostra, ademais, como se articulam disciplina e biopolítica.

Em aula de 25 de janeiro de 1978, Foucault (2008) fez uma reflexão sobre a normalização, inicialmente para distingui-la da lei e em seguida do ponto de vista da disciplina e da população. Um aspecto importante é quando faz a distinção entre a lei e a norma:

Mas creio que é preciso mostrar que a relação entre a lei e a norma indica efetivamente que há, intrinsecamente a todo imperativo da lei, algo que poderíamos chamar de uma normatividade, mas que essa normatividade intrínseca à lei, fundadora talvez da lei, não pode de maneira nenhuma ser confundida com o que tentamos identificar aqui sob o nome de procedimentos, processos, técnicas de normalização. Diria até, ao contrário, que, se é verdade que a lei se refere a uma norma, a lei tem, portanto, por papel e função – é a própria operação da lei – codificar uma norma, efetuar em relação à norma, uma codificação, ao passo que o problema que procuro identificar é mostrar como, a partir e abaixo, nas margens e talvez até mesmo na contramão de um sistema da lei, se desenvolvem técnicas de normalização (Foucault, 2008, p. 74).

Do ponto de vista da disciplina, da normalização, Foucault (2008, p. 74-75) diz que é preciso dizer em que consiste: “A disciplina, é claro, analisa, decompõe, os indivíduos, os lugares, os tempos, os gestos, os atos, as operações. Ela os decompõe em elementos suficientes para percebê-los, de um lado, e modificá-los, de outro”.

Ao analisar os procedimentos da norma quando de uma epidemia que atinge a população, Foucault (2008, p. 81-82) trata do ponto de vista da biopolítica, pontuando da seguinte forma:

Aqui, ao contrário, vamos ter uma identificação do normal e do anormal, vamos ter uma identificação das diferentes curvas de normalidade, e a operação de normalização vai consistir em fazer essas diferentes distribuições de normalidade funcionarem umas em

relação às outras e [em] fazer de sorte que as mais desfavoráveis sejam trazidas às que são mais favoráveis. Temos, portanto, aqui uma coisa que parte do normal e que se serve de certas distribuições consideradas, digamos assim, mais normais que as outras, mais favoráveis em todo caso que as outras. São essas distribuições que vão servir de norma. A norma está em jogo no interior das normalidades diferenciais. O normal é que é primeiro, e a norma se deduz dele, ou é a partir desse estudo das normalidades que a norma se fixa e desempenha seu papel operatório. Logo, eu diria que não se trata mais de uma normação, mas sim, no sentido estrito, de uma normalização.

O século XIX consolida a norma e a normalização pelo domínio das ciências humanas, como defende Revel (2005, p. 65). Nesse sentido, encontramos, nos estudos de Michel Foucault, a exemplo dos estudos sobre sexualidade, os modos como se articulam o eixo da disciplina e o eixo da biopolítica para o processo de normalização.

Importa estar atento também à qual racionalidade uma ação normalizadora corresponde. Afinal, por ela se dão processos de classificação do que é normal ou anormal no contexto das populações. Evidentemente uma ação normalizadora é produzida em contextos específicos, em procedimentos singulares, sem prescindir de um ato de enunciação. E não há um ato de enunciação que não incorpore uma “vontade de verdade” ou formas como nos relacionamos com a verdade. Afinal é preciso encontrar um modo de acessar a verdade, condição de governo do outro e de governar-se.

Considerações finais

Não é novidade dizer-se das contribuições de Michel Foucault para a pesquisa social, principalmente aquelas que se propõem a pensar como nos tornamos o que somos. Parece-nos pertinente dizer ainda da atualidade da sua arqueogenalogia.

Destaco aqui as pistas dadas por ele para se pensar as subjetividades de gênero, raça e sexualidade, questões cruciais em nossa contemporaneidade. Aprendemos com sua arqueogenalogia a enfatizar as condições de possibilidades de emergência de saberes – e em particular como nessas condições atuam as relações de poder, ou seja, as formas de atuação dos micropoderes.

Ressalte-se como nesse ponto de vista a feitura das subjetividades pode ser analisada tendo como caminho a descrição de racionalidades e tecnologias de poder-saber-ser relativas a processos de individualização. Também devem ser destacados o ato discursivo em sua função de existência; e o realce de relações de imanência através das quais o próprio ato discursivo pode influenciar e ser influenciado em relações que não são nem lógico-formais nem retóricas, pois elas estão nos limites do discurso, nas interpositividades.

Essa perspectiva arqueogenalógica, ao permitir fazer um deslocamento do trato do conhecimento como fundamento, convida-nos a analisar os enunciados em relação, em justaposição e na coexistência entre práticas discursivas (instituições heterogêneas, técnicas singulares e sujeitos em relações de poder), como defende Foucault.

Referências

- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CHERRYHOLMES, Cleo. Um projeto social para o currículo: perspectivas pós-estruturalistas. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Teoria educacional crítica em tempos pós-modernos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. p. 143-172.
- CORDEIRO, Edmundo. Foucault e a existência do discurso. **Cadernos Noroeste**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 179-186, 1995.
- CUNHA, Ana Clara Magalhães; LUZIO, Cristina Amélia; CRUZ, Soraia Georgina Ferreira de Paiva. A arqueogenalogia como ferramenta de pesquisa no campo da Atenção Psicossocial. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 48, n. 2, p. 186-203, jul./dez. 2014. DOI: 10.5007/2178-4582.2014v48n2p186. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2178-4582.2014v48n2p186>. Acesso em: 24 jun. 2025.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e o desejável conhecimento do sujeito. **Educação e Realidade**, [s. l.], n. 24, p. 39-60, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. 2. ed. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**: uma arqueologia do olhar médico. 2. ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1980.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. Sobre a arqueologia das ciências: resposta ao Círculo de Epistemologia. *In*: MOTTA, Manoel Barros (org.). **Ditos e escritos II**: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 82-118.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

GUARESCHI, Neusa. Ideologia e discurso. **Educação & Realidade**, [s. l.], v. 22, n. 2, 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71370/40522>. Acesso em: 25 fev. 2025.

LECOURT, Dominique. **Para una crítica de la epistemología**. 7. ed. Madrid: Siglo XXI de España, 2005.

MACHADO, Roberto. **Ciência e saber**: a trajetória da arqueologia de Foucault. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

MARTON, Scarlett. Foucault leitor de Nietzsche. *In*: RIBEIRO, Janine Renato (org.). **Recordar Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MASSARO, Leonardo. Reconciliação com a História: Foucault do Estruturalismo ao Pós-Estruturalismo. **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea**, Brasília, DF, v. 6, n. 1, jul. 2018.

NAVARRO, Pedro; SARGENTINI, Vanice. Por uma Arqueogenalogia dos Estudos Discursivos Foucaultianos no Brasil – Cartografias: Entrevista com Maria do Rosario Gregolin. **Revista da Anpoll**, Brasília, DF, v. 53, n. 2, p. 20-40, maio-ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.18309/ranpoll.v53i2.1777>. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/1777>. Acesso em: 24 jun. 2025.

PORTOCARRERO, Vera. Instituição escolar e normalização em Foucault e Canguilhem. **Educação & Realidade**, [s. l.], v. 29, n. 1, p. 169-185, 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25424/14750>. Acesso em: 26 fev. 2025.

REVEL, Judith. **Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Cláraluz, 2005.

SARFATI, Georges-Élia. **Princípios da análise do discurso**. São Paulo: Ática, 2010.

VEIGA-NETO, Alfredo. Teoria e método em Michel Foucault: (im)possibilidades.

Cadernos de Educação, Pelotas, n. 34, p. 83-94, set./dez. 2009.

DOI: 10.15210/caduc.v0i34.1635. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/1635>. Acesso em: 24 jun. 2025.

Notas

*Doutora em Ciências da Educação pela Universidade do Porto, Portugal, Pós-doutora pela dell'Università degli Studi di Milano, Itália, Professora Titular do curso de Pedagogia e da Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), <https://orcid.org/0000-0003-1025-4736>, rosangela.carvalho@ufpe.br

¹ Tradução nossa: “Segundo Canguilhem, o essencial da normalidade é ser ‘normativo’; isto é, um criador de normas e capaz de alterar as normas que estabeleceu”.